

IZABELA ARRAIS PARISE

Educação Inclusiva: Da teoria à Prática

BRASÍLIA – DF

2013

IZABELA ARRAIS PARISE

Educação Inclusiva: Da teoria à Prática

Trabalho de conclusão do curso de Artes Cênicas, habilitação em Licenciatura, do Departamento de Artes Cênicas do Instituto de Artes da Universidade de Brasília.

Orientadora: Prof.(a) Dra. Luciana Hartmann

BRASÍLIA – DF

2013

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me dar a oportunidade de conviver com pessoas especiais que transformaram minha estadia na UnB em anos maravilhosos e continuam fazendo a diferença em minha vida. São elas:

Meus pais Carlos Henrique Parise e Lígia Maria Arrais Fima, bem como meu “pai-drástico” Roberto Soares e “mãe-drástica” Gisele Renesto, a quem fico sem palavras para agradecer o empenho e o esforço dedicados para que eu pudesse cumprir com êxito esta etapa acadêmica;

Meus irmãos Marcelo, Érika, Marcus e Valdemar que tiveram que lidar muitas vezes com minhas ausências oriundas das obrigações acadêmicas;

Ao patrimônio histórico do Departamento de Artes Cênicas da UnB: Rafael Tursi, por se mostrar uma pessoa sempre disposta a auxiliar àqueles que estão ao seu redor e por abrir as portas do grupo *PÉS?* para que eu pudesse realizar minhas pesquisas;

Aos mestres Adriana Lodi, Alice Stefânia, Bidô Galvão, Cyntia Carla, Fabiana Marroni, Fernando Villar, Graça Veloso, Izabela Brochado, Jesus Vivas, Luciana Hartmann e Silva Paes, com quem compreendi um pouco mais do fazer teatral e da pedagogia do teatro.

À Raquel Guedes, minha amiga e irmã de todos os tempos;

Ao meu lindo povo feio: Albert Carneiro, Ana Paula Monteiro, Barbara Cervo, Cleide Mendes, Giselle Ando, Isumy Kudo, Luana Lima, Nitiel Fernandez, Pamela Alves e Rita Cruz, que participaram intensamente de cada passo de minha trajetória;

Por fim, aos Cheetos queridos: Anna Paula, Bob, Mariana, Natália, Renata, Will e Samir;

Cada nome listado acima teve uma imensa importância no meu processo de maturação pessoal, profissional e artística. Obrigado!

DEDICATÓRIA

Aos meus avós Aldo Arrais (In memoriam), Jacinta Arrais,
Valdemar Parise e Zenaide Parise: minha gênese familiar
e exemplos distintos a se seguir.

DEFICIÊNCIAS

"Deficiente" é aquele que não consegue modificar sua vida, aceitando as imposições de outras pessoas ou da sociedade em que vive, sem ter consciência de que é dono do seu destino.

"Louco" é quem não procura ser feliz.

"Cego" é aquele que não vê seu próximo morrer de frio, de fome, de miséria.

" Surdo" é aquele que não tem tempo de ouvir um desabafo de um amigo, ou o apelo de um irmão.

"Mudo" é aquele que não consegue falar o que sente e se esconde por trás da máscara da hipocrisia.

"Paralítico" é quem não consegue andar na direção daqueles que precisam de sua ajuda.

"Diabético" é quem não consegue ser doce.

"Anão" é quem não sabe deixar o amor crescer.

E "Miserável" somos todos que não conseguimos falar com Deus.

Renata Vilella

RESUMO

Este trabalho propõe uma reflexão acerca da educação inclusiva em seu âmbito formal e não-formal, tendo como ponto de partida observações feitas durante as aulas/ensaios do projeto de dança-teatro PÉS?, um projeto de extensão continuada da Universidade de Brasília, Vinculado ao Departamento de Artes Cênicas, que atende jovens com necessidades educacionais especiais.

Palavras Chaves: educação inclusiva, pedagogia do teatro, arte – educação.

SUMÁRIO

Introdução

Capítulo I – Educação Inclusiva: Uma Utopia Realista 11

1.1 – O Longo caminho da inclusão 12

1.2 – O Processo da Integração Escolar 15

1.3 – A Educação Inclusiva no Ambiente Não Formal 17

Capítulo II – PÉS? 19

2.1 – Da Arte de Garimpar 21

2.2 – Café com Leite 25

2.3 – Do Desenvolvimento da Autonomia 28

Capítulo III – Do Fazer, Sentir e Pensar Teatral 30

3.1 – Educação? 31

3.2 - E Eu com Isso? 33

3.3 – De Carne e Osso 35

Considerações Finais

Apêndice

Referências Bibliográficas

FIGURAS

Figura 01. O dançante Felipe em cena do espetáculo Klepsydra

Figura 02. A dançante Marina Anchises e o coordenador do Projeto Rafael Tursi

Figura 03. A dançante Kelly Costa em ensaio do Projeto

Figura 04. Ensaio fotográfico feito por Clara Braga na concha acústica do IdA/UnB.

INTRODUÇÃO

O que pode acontecer a uma graduanda de Artes Cênicas da Universidade de Brasília que se propôs a estudar propostas teatrais para a educação inclusiva através da pedagogia do teatro? Qualquer coisa, inclusive compreender que entre o planejamento e a execução de um projeto se encontram as adversidades da vida e as modificações que os saberes podem proporcionar aos planejamentos de quem se propõe a compreender melhor uma temática.

Em agosto de 2011 procurei a professora Luciana Hartmann¹ pedindo que ela me orientasse em uma pesquisa de iniciação científica, cujo intuito era observar a prática escolar em salas de aula, tanto da rede regular de ensino quanto da rede de ensino especial do Distrito Federal.

O intuito era ir onde existissem alunos com necessidades educacionais especiais, mais precisamente, alunos com deficiência auditiva e visual, para que, a partir de embasamento teórico, fosse fornecida, na forma de capacitação dos professores da rede pública, uma série de ações cênicas visando incluir socialmente estes alunos através do fazer teatral.

Embora com essa pretensão já bastante reduzida no projeto que foi submetido para o PROIC/UnB², no desenvolver do trabalho fui percebendo a amplitude da minha proposição e as dificuldades que isto incluía na realização do mesmo, a começar pelo fato da minha tamanha ousadia em querer propor

¹ Luciana Hartmann é professora do departamento de Artes Cênicas da Universidade de Brasília e atualmente é uma das coordenadoras do Grupo de Pesquisa/CNPq Imagens e(m) Cena, numa linha de pesquisa multidisciplinar com enfoque na pedagogia do teatro e na antropologia da performance.

² O projeto tinha como objetivo inicial sugerir processos/procedimentos que possam ser desenvolvidos em sala de aula, no campo das artes, visando a inclusão do Portador de Necessidades Especiais. Através das observações realizadas durante os ensaios do grupo Pés? e com as informações adquiridas durante conversas informais com os integrantes do grupo, pude ter um contato um pouco mais aprofundado com a realidade vivenciada por alunos com de necessidades especiais, o que me forneceu ferramentas para iniciar um levantamento de possibilidades de trabalhos a serem executados pelos docentes no intuito de qualificar e especializar a alfabetização estética e artística para que o PNE não tenha a sua aprendizagem restrita por sua limitação e que ele possa ver nas artes um ponto crucial de inclusão social.

uma capacitação ao corpo docente, sendo que, primeiramente, quem devia se capacitar era eu.

Outro ponto inesperado que modificou o percurso da minha pesquisa foi o fato de, durante o período programado para a observação das metodologias utilizadas pelos professores de teatro em sala de aula, ter se iniciado uma greve dos professores da rede pública de ensino do Distrito Federal, que teve longa duração.

Com isso vivi e me apropriei do significado da palavra adaptação, a partir da qual, sem perder meu foco central, busquei meios alternativos de observação e conheci o projeto de extensão da Universidade de Brasília denominado PÉS?, que trabalha com a produção cênica de peças teatrais nas quais todos os atores possuem algum tipo de deficiência física, sensorial e/ou intelectual.

A análise de todo esse percurso de observações e dos estudos iniciados com o projeto de pesquisa acerca do tema é realizada a seguir, na forma deste trabalho de conclusão de curso, gerando reflexões que foram se tornando mais realistas do que pretendia (e entendia) no início do processo.

No primeiro capítulo trago um breve relato da educação inclusiva tentando compreender um pouco do seu percurso histórico, bem como o processo de integração escolar e a efetividade da inclusão no ambiente não formal.

Para o segundo capítulo atendo-me a relatar minhas observações e vivências pessoais durante o processo de acompanhamento do projeto de extensão PÉS?, de teatro-dança, vinculado ao Departamento de Artes Cênicas da UnB.

Por fim, concluo este texto trazendo questionamentos acerca da realidade da educação e do professor, no âmbito do fazer teatral, que se encontram no terceiro e último capítulo.

1. Educação Inclusiva: Uma utopia realista

E sem saber que era impossível foi lá e fez.
(Jean Cocteau)

É, parece muito contraditório colocar a palavra utopia e a palavra realista em uma mesma frase, mas posso dizer que minha convivência com diversas manifestações artísticas levou-me a acreditar e “apostar fichas” em utopias que podem trazer ganhos reais ao apostador.

A princípio parece ilógico, mas não é difícil acharmos exemplos de pessoas que brigaram com a ordem vigente e acreditaram em “sonhos malucos”, não deixando se afetar pela opinião alheia e, depois de um tempo, perceber que elas puderam demonstrar à sociedade que não eram tão loucas assim ou que sua loucura, de uma forma ou de outra, tinha alguma valia.

Nesse rol podemos colocar Santos Dumont (1873, 1932), que acreditou que um objeto pesado poderia subir às alturas e investiu sua energia e trabalho até conseguir de fato alçar vôo com seu 14 Bis; podemos citar também Galileu Galilei (1564, 1642) que, apesar de não ter tido a mesma sorte de Dumont, tendo que negar sua teoria de que a Terra era redonda para salvar sua vida, ficou famoso posteriormente por seus estudos e contribuições como físico, matemático, astrônomo e filósofo, o que o fez ser considerado por muitos como o “Pai da ciência moderna”.

Quando o assunto é educação inclusiva, muitos consideram o texto da Constituição Federal e das leis que definem as bases desta educação palavras belas e cheias de boas intenções, mas de pouca validade efetiva, ou seja: um exemplo clássico de utopia.

O Dicionário Aurélio define utopia como “descrição ou representação de qualquer lugar ou situações ideais em que vigorem normas e/ou instituições políticas altamente aperfeiçoadas.”, ou Ainda: “Projeto irrealizável; quimera, fantasia.” (1999: p.1434).

Questiono-me: será que estamos realmente lidando com algo utópico? A Constituição Federal de 1988 inclui em seu segundo capítulo a educação como um direito social.

Ela afirma ainda que é competência comum à União, Estados, Distrito Federal e Municípios proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência, ou seja, que todo o aparato governamental deve estar envolvido em prol da educação de TODOS, e quando ela diz TODOS, não há que se deixar de fora aqueles que possuem incapacidades físicas e intelectuais.

E a Constituição não para por aí: em seu terceiro capítulo, na seção I, destinado a especificar direitos e deveres sobre a educação, a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola é colocada como um dos princípios norteadores para o ensino,

Ela também afirma, em seu artigo 208, que o dever do Estado para a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos deficientes, preferencialmente na rede regular de ensino.

As leis são reflexos da sociedade, e, nos mostram o processo evolutivo da humanidade. Para se obter uma noção mais ampla de onde nos encontramos atualmente enquanto comunidade inclusiva é preciso ter em mente primeiramente que as coisas não são estáticas e, por conseqüência, não foram sempre assim, o que me leva a pensar que se torna importante compreender um pouco mais dos caminhos cursados para chegarmos onde estamos.

1.1 - O Longo Caminho da Inclusão

Por mais lamentável que seja, pode-se dizer que historicamente é recente o processo de inclusão do portador de qualquer excepcionalidade no ambiente escolar e é preciso lembrar que o respeito às diferenças tem sido uma conquista diária de uma caminhada dada a passos curtos, e, me parece ainda distante de se chegar a um final satisfatório.

Mesmo nos dias atuais vivemos em uma sociedade que padroniza e nos diz, ainda que de forma indireta, o que devemos fazer e como devemos ser: está na capa das revistas, nos programas de televisão e assim por diante. Com isso, aqueles que não seguem as normas vigentes se vêem obrigados a adaptar-se.

O que os governantes, na execução das legislações que abordam o tema, têm tentado é: alterar este ciclo vicioso de exclusão e, com isso, dar vazão à novas concepções, entre elas, a concepção de uma sociedade inclusiva onde a adaptação não é um trabalho somente para alguém com especificidades, e sim de todos os seus integrantes/cidadãos que, sendo seres adaptáveis e munidos de racionalidades, devem buscar todas as formas para conviver harmoniosamente com todos os elementos de seu grupo, independente de suas especificidades.

Esta é uma tarefa complexa e que exige muito esforço de quem se propõe a executá-la; tendo levado vários filósofos, pedagogos, estudiosos, ou, simplesmente pessoas engajadas na área a fazerem dessas questões sociais verdadeiros manifestos de luta pelos direitos humanos.

Ana Dorziat, em seu artigo *Educação Especial e Inclusão Escolar: prática e/ou teoria* (2008) afirma que os pós- modernistas vieram contestar a tendência predominante do enquadramento e uniformização diante das exigências sociais, na qual a escola negara com frequência as diferentes formas de elaboração, transmissão e assimilação de saberes, no que, segundo ela, se transformara o modo de consolidar sociedades cada vez mais reguladoras.

Os pós-modernos, (dentre eles: Derrida, Deleuze, Morin, entre outros) trariam a tona conceitos como: identidade, alteridade, diferença, subjetividade, significação, representação, cultura, gênero, raça, etnia, sexualidade e multiculturalismo com o intuito de preencher os vazios ideológicos, epistemológicos, e curriculares do ambiente escolar.

Dorziat salienta que por mais que os currículos oficiais reconheçam os diferentes e fale de suas diferenças, utilizam a tal identidade nacional para tratá-los como desvios ou ameaças. Segundo ela:

A forma mais coerente de ação pedagógica transformadora é a busca de uma prática/política da diferença. Essa é a forma de o processo educacional ser tomado de forma menos excludente, na medida em que considera em seus esquemas de ação o outro, ou os outros, nas suas características linguísticas, cognitivas, físicas, culturais e sociais. (2008: 29).

Esses esforços vêm no intuito de assegurar não apenas o direito ao ingresso no sistema escolar, mas de fornecer uma educação que contemple seu sentido mais amplo: onde seja respaldado um processo pedagógico significativo, justo e engajado culturalmente.

É preciso ter em mente que ao reconhecer as diferenças e tratá-las com respeito se reconhece também as potencialidades dos alunos. Potencialidades estas que podem e devem ser afluídas em um ambiente adequado e favorável a um ensino de qualidade e inclusivo.

Para se quebrar esta tradição de exclusão é necessário que os professores aprendam a manusear todos os recursos, principalmente os humanos, para que, trabalhando conjuntamente com os alunos e familiares, formem uma equipe especializada visando a constituição do aluno como cidadão, o que só se torna viável com o auxílio e intervenção do Estado para implementação de tais condutas.

Mesmo com todos os percalços é importante salientar os inúmeros avanços e as modificações geradas a partir das legislações vigentes e das ações de educadores visionários.

Em conjunto com pais de famílias, estes educadores se recusaram a limitar as vivências de seus filhos e alunos pelo fato deles estarem fora dos padrões sociais, passando a exigir e auxiliar que estes cidadãos exerçam seus direitos e deveres dentro de suas limitações, exigindo do estado e da sociedade isonomia àqueles que por muito tempo ficaram à margem, sem direito a voz.

1.2 - O Processo da Integração Escolar

Dentre as várias discussões promovidas por fóruns de debate, congressos, e profissionais da área da educação, algo que tem sempre entrado em pauta é a integração do aluno com necessidades especiais, que passaria a freqüentar as aulas dentro da rede regular de ensino e não em um colégio especializado em atender pessoas com as mesmas deficiências.

A Declaração de Salamanca, documento que resulta do encontro de mais de 390 representações governamentais e mais de 25 organizações internacionais, ocorrido em junho de 1994 na cidade homônima da Espanha, vêm detalhar várias propostas visando a integração do aluno no ambiente regular de ensino e da necessidade de um olhar apurado sobre os espaços físicos, o corpo docente e o material didático desenvolvidos no ambiente escolar. (DORZIAT, 2008: 31)

Um dos grandes pontos de discussão é como fazer com que esta integração leve em consideração a atual realidade das escolas brasileiras: que, em sua grande maioria, não possuem estruturas físicas adequadas para o acolhimento desses alunos, bem como não contém em seu quadro de funcionários profissionais com qualificação para atender a demanda gerada por esta iniciativa.

Uma coisa é certa: o processo foi iniciado e as devidas adaptações estão sendo feitas conforme as possibilidades, o que significa dizer que este momento de transição é complexo, mas, já é capaz de produzir resultados positivos e benéficos a todos que pertencem ao sistema escolar.

Também é possível citar o empenho do governo, que vem aprovando uma ampla gama de leis visando a melhoria de vida do cidadão com deficiência (conforme tabela em anexo) dentre as quais podemos citar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) que declara que o aluno especial deve ser matriculado prioritariamente em escolas regulares.

Ainda sobre o processo de integração e de especialização do ensino voltado aos educandos com necessidades especiais, Claudia Dechichi³ coloca que a integração social da pessoa com deficiência é um avanço social muito importante, pois teve o mérito de inserir de forma efetiva esse indivíduo na sociedade.

Ao comparar a realidade atual com a realidade vivida anteriormente, que era a completa segregação deste indivíduo, ela recorre a uma afirmação de Sasaki⁴, que diz:

Se o processo de integração social tem consistido no esforço de inserir na sociedade pessoas com deficiência que alcançaram um nível compatível com os padrões sociais vigentes, tal esforço tem se mostrado unilateral em nossos dias; um esforço somente da pessoa portadora de deficiência e de seus aliados – a família, a instituição especializada e algumas pessoas envolvidas na causa da inserção social (SASSAKI apud Dechichi, 2008).

Claudia complementa o raciocínio de Sasaki afirmando que pouco ou nada é exigido da sociedade em termos de modificação de atitudes, de espaços físicos, de objetos e de práticas sociais. Para ela, “a sociedade cruza os braços e aceita o deficiente desde que ele se torne capaz de adaptar-se ao seu contexto social e às formas de desempenhar os papéis sociais necessários.” (DECHICHI, 2008:185)

Com isso, ficam claras as dificuldades e os obstáculos que precisam ser vencidos: podemos dizer que é comum aparecer na fala de educadores e pesquisadores voltados para a educação, que a rede pública de ensino não está capacitada de forma a atender com qualidade a demanda de alunos com necessidade educacional especial, como o previsto no texto constitucional, mas, é possível perceber uma melhora gradativa e um avanço em termos de pesquisa e na prática da docência inclusiva.

³ Psicóloga formada pela Universidade Federal de Uberlândia (1984), atualmente trabalha principalmente nos seguintes temas: Deficiente Mental Teoria Ecológica Bronfenbrenner.

⁴ Graduado em serviço social e especializado em aconselhamento de reabilitação, onde praticou métodos e técnicas de inspiração integracionista.

Creio que o texto constitucional tornou-se um grande aliado e um ponto de referência que nos diz aonde devemos chegar, o que nossos alunos merecem, e assim podemos avaliar quais são os fatores que nos impedem de tornar realidade essa utopia, mesmo que momentaneamente, para que um dia essa realidade chegue a todos os cidadãos brasileiros.

Como toda mudança, o processo de integração do aluno com necessidades educacionais especiais requer todo um cuidado e planejamento para que seja concluído com êxito: é necessário, por exemplo, conscientizar os demais estudantes quando da chegada do PNEE na turma, pois, somente com esclarecimento e discussões a cerca da temática em questão, vínculos podem ser criados e fortalecidos, preconceitos podem ser quebrados, e incidentes evitados.

Vale ressaltar que esta conscientização não se adquire de forma instantânea, ainda mais se tratando de um país de grandes proporções e diferentes bases culturais como o Brasil.

Penso que este é um trabalho com repercussão e resultados a se obter a longos prazos, como no caso da consciência ecológica, que, por mais que já venha sendo debatida a várias décadas, só se tornou mais global com apoio dos veículos de comunicação em massa e devidos aos fatores ambientais e acontecimentos sazonais que geraram discussões a cerca do tema.

1.3 – A educação inclusiva no ambiente não-formal

Enquanto a educação formal tem suas limitações e dificuldades para atender aos alunos com necessidades educacionais especiais, o ambiente não-formal tem se tornado uma boa experiência para aqueles que têm feito uso de suas ferramentas.

Ocorre que aquelas pessoas que, independente do motivo original (financeiro, ideológico, sentimental, entre outros), se disponibilizam a entrar em contato e trabalhar com essa parcela da população, vêem no âmbito não-formal as possibilidades de execução dos seus afazeres, dando seguimento

aos seus desejos pessoais, além de proporcionar e obter as mais variadas vivências.

Também é relevante mencionar que quando falamos de educação formal, há que se levar em consideração que esta é baseada em uma formação ampla e geral do indivíduo, sendo que muitas vezes, por se tratar de algo generalizado, as especificidades do aluno acabam não sendo atendidas, o que, apesar de poder acontecer também na educação não-formal, é menos comum de ser observado.

Podemos citar vários exemplos de práticas inclusivas do âmbito não-formal que estão a cada dia mais, tornando os PNEEs pessoas ativas na sociedade e que podem ser vistas dançando em grupos de dança, atuando em companhias teatrais, praticando os mais variados esportes, e assim por diante, enfim, vivendo de uma forma mais digna e plena.

Por compreender que estas práticas educacionais têm se mostrado valiosas fontes de pesquisa, optei por observar um grupo de teatro-dança que atende alguma destas prerrogativas. Descrevo minhas observações e experiências pessoais no capítulo a seguir para assim, posteriormente, procurar fazer relações entre a teoria e a prática.

2. PÉS?



Figura 1 - o Dançante Felipe em cena do espetáculo Klepsydra

Como dança quem não dança? Com essa indagação Rafael Tursi⁵ iniciou suas pesquisas, no ano de 2011, sobre as especificidades das pessoas com deficiências e, ao envolver-se com a temática, percebeu a baixa quantidade de projetos destinados a esta área, concluindo que, apesar de existirem, não são suficientes e não oferecem uma gama de opções a este público.

Assim, como quem “junta a fome com a vontade de comer”, Tursi - que na época era formando em licenciatura em Artes Cênicas pela UnB - resolveu fazer um investimento de tempo e energia e montar um grupo composto por cadeirantes que pesquisasse a criação do movimento expressivo por pessoas com deficiências.

Em seu trabalho monográfico de conclusão da graduação ele conta que fez isso também impulsionado pelo fato de ver uma amiga próxima sofrer de tetraparesia (paralesia incompleta de nervo ou músculo dos membros inferiores que não perderam inteiramente a sensibilidade e o movimento), após se envolver em um acidente de carro (Tursi, 2011).

⁵ RAFAEL Augusto TURSI Matsutacke é graduado em Artes Cênicas pela Universidade de Brasília (2011), atualmente cursa o Mestrado em Arte/UnB e coordena o Projeto PÉS?

Como não conseguiu o número planejado de alunos cadeirantes, e não queria deixar de lado seus planos, ele optou por ampliar o leque de deficiências, pois, como ele diz: “reduzir o desafio nunca, ampliar sim!”.

Assim nasce em 2011 o PÉS?, que posteriormente se tornou Projeto de Extensão e Ação Contínua da Universidade de Brasília - PEAC da Universidade de Brasília, com coordenação da professora do departamento de Artes Cênicas Fabiana Marroni, que atua nas áreas de pedagogia teatral e de movimento e linguagem.

O grupo atualmente é composto por uma orientadora (Fabiana Morroni), um coordenador (Rafael Tursi), uma vice-coordenadora (Clara Braga), quatro monitores (Ana Luisa, Mariana Borges, Rodrigo Bueno e Vinicius Paixão) e dez dançantes⁶ (Felipe Oliveira, Fernanda Medeiros, Joelma Ferreira, Kelly Costa, Laís Lopes, Laura Garcia, Marina Anchises, Mario Balthar, Monise Pessoa e Thainá Araújo).

Das deficiências detectadas entre os dançantes podemos citar: tetraparesia, paraplegia, Síndrome de Kabuki⁷, paralisia cerebral e deficiência intelectual, estes dois últimos, em níveis variados de comprometimento.

Foi junto a esse grupo que realizei minha pesquisa de iniciação científica, com observações e participações periódicas durante os meses de maio a agosto de 2012, durante os ensaios das quartas-feiras a noite, que ocorriam no Centro de Dança do Distrito Federal.

⁶ Tursi optou por utilizar o nome dançantes, em comum acordo com sua orientadora, por se tratar de um grupo de pessoas sem formação em teatro ou dança, e ele mesmo sem formação em dança. Assim sendo, o nome dançante, como utilizado em algumas danças e práticas espetaculares regionais o pareceu mais apropriado, não focando a formação, mas sim, o seu fazer.

⁷ A síndrome de Kabuki é uma síndrome congênita retardo mental com recursos adicionais, incluindo nanismo pós-natal, fâcies peculiar caracterizada por longas fendas palpebrais com eversão do terço lateral das pálpebras inferiores, uma ponta larga e deprimida nasal, grandes orelhas proeminentes, um palato ou ogival, escoliose, quinto dedo curto, a persistência da fingerpads, anormalidades radiográficas das vértebras, as mãos, e as articulações do quadril, e otite média recorrente na infância ([Niikawa et al., 1981](#)). **heterogeneidade genética** síndrome de Kabuki-2 ([300,867](#)) é causada por mutação no gene KDM6A ([300,128](#)) no cromossoma Xp11.3. Informações retiradas do site <http://estudandoraras.blogspot.com.br/2009/06/sindrome-de-kabuki.html>, em 13/08/2012.

No início, por se tratar de um grupo de pesquisa, não se tinha como foco a produção artística, mas, com o decorrer dos encontros, foi surgindo a vontade e a possibilidade da criação de um espetáculo cênico e após meses de ensaios e um trabalho árduo, surgiu a primeira montagem cênica do grupo: o ***Klepsydra – exercícios de expressão cênica***, que já tem um currículo bem sucedido de apresentações em diversos locais⁸ e permanece no repertório do que agora podemos chamar de Companhia.

E o que é bom não para por aí: além de ensaiar as cenas de Klepsydra, o grupo já está em processo de construção de um novo espetáculo, sem previsão de estréia, pois cabe lembrar que para esta equipe é importante observar o tempo de cada um e, ao mesmo tempo, o tempo de todos juntos.

2.1 - Da arte de garimpar



Figura 2 - A Dançante Marina Anchises e o coordenador do projeto Rafael Tursi

Todo garimpeiro necessita escavar e remexer a terra para retirar dos bagulhos aquilo que não tem serventia, a fim de localizar o ouro e os demais metais preciosos que se encontram escondidos entre os pedregulhos.

Ao encontrar e tomar posse destes elementos de valor torna-se justificado o esforço e o trabalho empenhado por estes trabalhadores nos garimpos e

⁸ Entre eles: Teatro Nacional Claudio Santoro, Universidade de Brasília e Lions Clube de Sobradinho, além de participações em palestras e congressos, como o 3º Seminário Nacional SESC de Arte-Educação/PE (2012).

seria ilógico imaginar estas pessoas guardando pedras ou cuidando de entulhos com o mesmo valor e apreço dado ao material de maior valia.

Podemos fazer um paralelo entre a situação mencionada acima e ilustrada por E. Christian Gauderer, na introdução que ele faz no livro *A Criança e Suas Deficiências: métodos e técnicas de atuação psicopedagógicas* (1984), e a realidade das pessoas que lidam com crianças com necessidades especiais.

De acordo com ele, hoje em dia as novas teorias que estudam as possibilidades de inclusão vão sugerir que os professores e pedagogos passem a observar o ouro (as possibilidades) e “deixem de lado” as pedras (as limitações) na vida de cada aluno para, assim, garantir um progresso na qualidade da educação como um todo.

Gauderer afirma que é necessário ter uma visão otimista e encorajadora, construtivista e positiva do deficiente, trabalhando no que ele denomina de *Acervo Positivo*, revelando, descobrindo, trazendo a tona e consolidando o lado positivo.

Não significa que não se deva levar em consideração os diagnósticos e laudos emitidos pelos médicos, ao contrário, depois de analisar o histórico de incapacidades de cada aluno com deficiência é importante que o educador busque entender suas individualidades e especificidades.

Cabe principalmente a ele entender e definir o que pode ser feito, pedagogicamente falando, e selecionar onde e quais dos recursos disponíveis podem ser trabalhados a favor de um maior entendimento da disciplina por parte deste aluno, sempre levando em consideração suas possibilidades.

Sendo assim, os diagnósticos médicos tornam-se o início de um processo pedagógico baseado em uma pesquisa minuciosa com um olhar aguçado para as experiências de vida de cada indivíduo na sala de aula, visando facilitar a relação professor-aluno.

A partir desta nova concepção, não cabe como justificativa para o fracasso escolar e social do portador de necessidades educacionais especiais,

suas incapacidades ou imperfeições, livrando-o do peso do fracasso, que não mais tende a cair sobre ele mesmo.

Para Gauderer, o paciente (segundo uma visão médica)/ cliente com patologias (segundo uma visão psicológica) e Portador de Necessidades Especiais⁹ (segundo uma visão humanista – pedagógica), conhece suas limitações e trabalhar em cima delas pode causar mais dor.

Durante muito tempo eles foram tratados no ambiente escolar com um foco em seu diagnóstico clínico, levando em consideração os laudos médicos que definiam a “doença” e, a partir daí, havia uma tendência ao engessamento do processo de aprendizagem.

As dificuldades deste aluno de acompanhamento do progresso educacional da turma como um todo eram justificadas pela deficiência e os professores se viam livres da obrigação de conseguir resultados satisfatórios, pois, como já determinado pelo laudo, o problema estaria no próprio aluno.

Vejamos o que Cláudia Dechichi afirma acerca do tema:

A organização do atendimento escolar para o deficiente mental, ao longo da história do Brasil, revelou, tanto na prática como no discurso dos profissionais da área, as expectativas sociais de cada época, não só mostrando a preocupação de tornar possível a vida dos mais prejudicados, dentro das comunidades, como patenteando a segregação impostas a eles. Em sua análise histórica, ela aponta que é de responsabilidade da própria sociedade o surgimento da deficiência e a facilidade, muitas vezes, apressada e irresponsável, de se desvencilhar das crianças mentalmente diferentes, cujo comportamento não se enquadra nos moldes oficiais e esperados. (DECHICHI, 2008, p.165)

Com isso não se julgava o processo pedagógico e as reais capacidades de cada aluno ao generalizar as capacitações e limitações dos deficientes, pois, de fato, geralmente só se observava suas limitações. Estes acabavam

⁹ A expressão Portadores de Necessidades Especiais caiu em desuso por se entender que as pessoas não portam necessidades e sim as possuem, tendo em vista que não se trata de uma questão de escolha possuir ou não alguma especificidade. No caso acima a expressão se mantém por se tratar da citação de um estudo realizado anteriormente à alteração da nomenclatura em questão.

então segregados e impossibilitados de ter acesso a um ensino de qualidade, mesmo quando estavam incluídos em salas de aulas regulares.

Na prática, impulsionado pelo pouco preparo dos docentes e pelo lento processo de discussão em relação à aceitação de pessoas com deficiência nos meios sociais, o que ocorria e ainda hoje se pode dizer que ocorre, de maneira geral, é a constatação de que por mais que o aluno especial freqüente a sala de aula com alunos considerados “normais” o que se percebe é a utilização de “dois pesos e duas medidas”.

Não se exige do aluno com algum grau de deficiência os mesmos resultados exigidos para a classe escolar como um todo: os exercícios lhes são facilitados, lhes são dadas menos atividades e, ao invés de buscar mecanismos e meios para capacitá-lo a chegar aos mesmos resultados dos demais, este aluno é “passado de ano”, mesmo que seus mestres tenham ciência de seu baixo rendimento e de sua imaturidade para, por exemplo, atuar no mercado profissional.

Posso dizer que vi na prática um momento de “garimpo” que considerei maravilhoso: em um dos ensaios vi a dançante Kelly, que possui tetraparesia (incapacidade parcial de realizar movimentos voluntários com todos os membros), dançar tango, penso que foi uma das imagens mais belas, cheia de poesia e carregada de arte que presenciei durante todo processo de observação.

No início fiquei muito temerosa em ver como o monitor a pegava e a rodava pelo espaço, dando um ar de leveza e a sensação de que Kelly estava voando. Tive muito medo por ela, pensava que ela poderia se machucar, que seu corpo é muito frágil e que ela não deveria estar atuando em movimentos tão fortes e complexos.

Só me dei conta da grandiosidade daquele número quando parei de olhar para o corpo aparentemente frágil de Kelly e passei a olhar para o sorriso estampado em seu rosto. Aquele sorriso não só me dizia de que estava tudo sobre controle como orientava e conduzia a ação, era como se Kelly dissesse ao monitor: Dance! Podemos ir além!

Quando cheguei em casa fiquei pensando porque não tinha visto a beleza da dança em primeira mão, e tinha atentado somente para os possíveis problemas. Depois compreendi que o que ocorreu comigo foi apenas o resultado de um olhar habituado a lidar com os pedregulhos e não acostumado a lutar e vasculhar para encontrar o ouro.

Se Kelly é capaz de dançar tango e ser guiada pelo espaço, porque limitá-la a movimentações básicas na cadeira de rodas? Não seria justo limitar suas participações e atuações cênicas, a tratando como uma eterna paciente e impedindo que ela se manifeste como uma artista e dançarina plena.

2.2 - Café com Leite



Figura 3 - A Dançante Kelly Costa em ensaio do Projeto

Dentro do projeto PÉS? não há espaço para a mediocridade; digo isso porque pude vivenciar outro momento importante e que muito me intrigou: Clara Braga, vice-coordenadora do projeto, estava conduzindo o exercício cênico e pediu que todos sentassem em um grande círculo e que o grupo contasse em voz alta de um a onze (onze era o número de pessoas na sala de ensaios naquele momento) em ordem crescente.

As seguintes regras tinham que ser seguidas: não poderia ter uma definição prévia de quem diria cada número, uma pessoa não poderia falar mais do que um número (para que todos participassem). Caso duas pessoas falassem ao mesmo tempo ou houvesse qualquer falha, o exercício retornaria

para o seu começo, até que o grupo, de forma conjunta, conseguisse se observar e completar a missão proposta.

As primeiras tentativas foram fracassadas pois, na ânsia de acertar, sempre havia pessoas que acabavam falando juntas, sem se perceber; porém, com a persistência de todos, os ânimos foram se acalmando e a contagem foi progredindo, mas ainda assim não se tinha a finalização do exercício.

Monise, uma das integrantes do grupo que possui paralisia cerebral e deficiência intelectual, não estava concentrada o suficiente e acabava repetindo o número dito por outra pessoa, ou falando em momento inoportuno e, com isso, induzindo o grupo ao erro. No início, quando isso ocorria, as demais pessoas riam e voltavam para o começo do exercício, mas, quando o erro foi se tornando repetitivo, outra integrante quis intervir e sugeriu que Monise fosse considerada “café com leite”, para que assim, o grupo chegasse ao fim do exercício em questão.

Clara não aceitou a sugestão e, ao contrário do que foi proposto pela outra integrante, o exercício foi interrompido. Clara chamou a atenção de Monise e fez que ela contasse de um a onze com o auxílio de uma monitora, visando relembrar a sequência numérica, depois disso pediu que ela só falasse o número no momento oportuno, ficou ao seu lado e deu o comando para a retomada do exercício.

Em determinado momento, com Monise já mais atenta, Clara fez sinal para que esta falasse o número, ela falou o número correto e o exercício conseguiu ser finalizado, com direito a palmas, risos e alegria de todos os presentes, que estavam contentes pela vitória de Monise e pelo obstáculo vencido por todos.

Trago esse exemplo na tentativa de mostrar como um simples gesto de persistir nos objetivos, buscar meios de auxiliar o aluno que se encontra em dificuldades e de não optar pelo caminho “mais fácil”, que no caso em questão seria o de rebaixar Monise a “café com leite”, pode ser o fator definitivo para o sucesso ou o fracasso na integração social e capacitação educacional deste

aluno, mesmo que isso implique em ter que se esforçar mais do que o previsto para obter o sucesso planejado.

Cabe lembrar que o erro faz parte do processo e é tão importante quanto o acerto no que se refere à aprendizagem. Rafael Tursi afirma que o conhecimento é adquirido pelas sensações e experiências, onde as habilidades advêm da prática e não apenas da instrução teórica (2011:14).

É importante que o educador não avalie apenas o resultado final e sim que ele esteja aberto a perceber o crescimento, as alterações, os ganhos (por menor que lhe pareçam), fazendo sempre um paralelo com o ponto inicial, vislumbrando como o aluno estava no início das atividades e o ponto em que este se encontra no momento, bem como o ponto a qual se deseja chegar; sendo que este “ponto final” não significa um fim, e sim o início de novos desafios e de uma nova jornada.

Creio que voltar ao ponto inicial, relembrando o histórico e as inabilidades superadas, auxilia ao aluno a ver sua melhora individual e serve como ponto de apoio no que se diz respeito a um reforço positivo, onde, ao se observar progredindo, este aluno, de forma geral, tenderá a permanecer realizando as atividades propostas, como uma injeção de ânimo extra.

Deixar claro o momento atual, as possibilidades e impossibilidades momentâneas e os desafios a serem ultrapassados são fundamentais para que o aluno se perceba como parte integrante do projeto, e saiba qual o motivo dele efetuar os exercícios e atividades propostas.

É sempre bom que o professor/ educador deixe claro a todos os envolvidos (monitores, professores, pais e alunos, entre outros) da realidade vivenciada, passo a passo. Por fim, porém não menos importante, é imprescindível demonstrar aonde se pretende chegar, pois somente com um foco bem definido todos os envolvidos poderão ter um referencial para análise e assim saberão se estão ou não tendo êxito em sua jornada.

2.3 – Da Autonomia

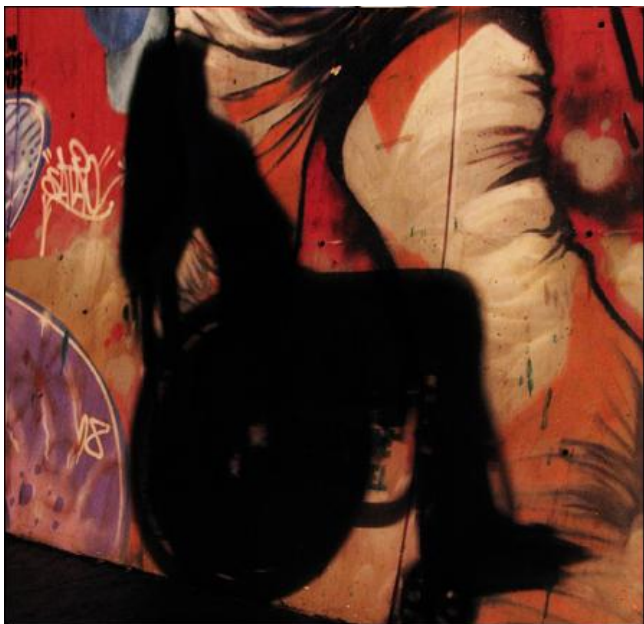


Figura 4 - Ensaio Fotográfico feito por Clara Braga na Concha Acústica do IdA/UnB

Dentre as observações feitas, algo que muito me comoveu e me chamou a atenção foi a questão da autonomia desenvolvida entre os dançantes.

Percebi o quanto eles precisam e se sentem mais plenos quando agem por conta própria e quando se percebem como parte integrante do todo possuindo voz ativa no processo criativo das

manifestações artísticas desenvolvidas.

Umas das coisas que gostei no grupo PÉS? foi exatamente isso: os dançantes tem voz ativa e dialogam com monitores e professores, o que os fazem sentir peças chaves para o funcionamento do trabalho, o que de fato eles são.

Esse sentimento de utilidade pode ser visto também quando voltamos o olhar para os pais e familiares dos dançantes, que estão inclusos e participam de forma ativa na sociabilização destes com os demais.

Penso que por causa de suas limitações, muitos tiveram seu papel social pouco desenvolvido e ficaram a mercê de muitas das vivências que a sociedade contemporânea nos proporciona; o que os deixa muitas vezes vulneráveis. Então, quando se cria um grupo artístico que trabalhe com qualidade e que esteja apto a receber estas pessoas, o que se vê são faces felizes e bem humoradas, dispostas ao trabalho e agradecidas pela oportunidade dada.

O único cuidado que se deve tomar como formador nesses casos é ter sempre em mente que estas ações voltadas para esta parcela da população

ocorrem por se entender que a educação inclusiva é o direito de qualquer um, e, que o docente não pode nem deve aceitar o estigma de herói ou de “bom moço” por estar em contato com pessoas com necessidades especiais, pois, dar vazão a estas correntes de pensamento significa supervalorizar uma atitude que a princípio, deve-se esperar de todos dentro de um processo educacional.

3 – Da educação no âmbito do fazer, sentir e pensar teatral

No ensino de teatro, o mestre não pode se preocupar somente com o repasse de dados históricos e com a prática de jogos teatrais, mas, acima de tudo, é preciso alfabetizar estética e artisticamente, deixando o aluno apto a reconhecer aos diversos códigos artísticos, além de proporcioná-lo uma experiência que será capaz de fazer com que o aluno se sensibilize com a forma gerando conhecimento/saberes.

Nas palavras de José Tonezzi, ator, diretor e pesquisador dos distúrbios da linguagem:

Reinventar formas de dizer, compartilhar e produzir sentidos deve, pois, ser o propósito maior das atividades teatrais numa situação que envolva anomalias. É nesse âmbito que o poder do teatro como jogo e, sobretudo, a partir de seu inegável valor como espaço de criatividade e improvisação pode atuar de maneira inestimável e, com isso, estimular um novo olhar, que não apenas indulgente ou inclusivista, às potencialidades e características de pessoas consideradas incapazes seja pela deformidade corporal ou por suas condições incomuns de expressão e de comunicação. (Tonezzi, 2009:152)

Tonezzi nos chama a atenção para a ação do professor, que deve se concentrar em utilizar as potencialidades das artes cênicas no que diz respeito ao incentivo à criatividade e a produção de estéticas diferenciadas, colocando que o mestre tem a seu favor o poder que o teatro tem de gerar e aguçar a criatividade em cada um, bem como, de tornar seus executores capacitados a responder com prontidão a diversos estímulos pelo exercer da improvisação.

Ele argumenta ainda sobre a importância de que o professor não lide com as deficiências de seus alunos com piedade e benevolência exageradas, o que pode ser extremamente prejudicial no processo de ensino-aprendizagem.

É importante ressaltar que o processo de inclusão requer a produção de um trabalho que vise levar o aluno a reconhecer-se, onde ele possa se manifestar e interagir com o mundo ao seu redor, e assim “será possível a descoberta de habilidades intrínsecas à expressão e a comunicação humana”

(TONEZZI, 2009:152) o que pode tornar o fazer teatral um grande inclusor e um importantíssimo ponto de partida para uma auto-aceitação e adaptação ao ambiente social.

3.1 – Educação?

Ainda sobre o sistema educacional, porém num contexto mais amplo que não se restringe às artes, acerca da realidade vivenciada por alunos e professores da rede pública de ensino do Distrito Federal e entorno diariamente nas salas de aulas, venho me questionando sobre o termo educação.

Como denominar as experiências com tráfico de drogas, armas, *bullying*, ameaças de morte, furtos, roubos, sexo, violência contra a mulher e demais situações que são consideradas por muitos como corriqueiras no ambiente escolar? De quem é a culpa por esta situação caótica (sé é que há somente um culpado!) e o que pode ser feito para reverter tal cenário?

Cabe lembrar que a escola está inserida no ambiente social das localidades urbanas e/ou rurais as quais esta pertence e, para avaliá-la, é necessário perceber primeiramente o contexto cultural, social e ambiental ao seu redor: seria extremamente leviano não levar em conta a realidade e as especificidades dos integrantes de cada centro de ensino; somente com um olhar mais apurado para as particularidades pode-se, a médio e longo prazo, produzir mudanças de grande alcance.

Acontece que estamos falando de um organismo extremamente complexo, de múltiplas variantes, o que torna difícil o mapeamento e a identificação dos pontos chaves para que se produzam as melhorias necessárias.

Tais alterações só podem ser feitas partindo de uma ação conjunta entre a sociedade civil e o estado, onde este forneça mecanismos de promoção e fomento a uma educação de qualidade e a sociedade civil atue não só como fiscalizadora, mas, também como parte ativa no processo de conscientização do espaço escolar como celeiro da cidadania.

Não se pode jogar o peso todo para o Estado, é preciso parar de buscar “culpados” e começar a buscar meios de como cada um, consciente dos seus direitos e deveres, pode auxiliar, por que, por mais utópico que possa parecer, somente com o esforço individual, visando o coletivo, chegaremos a meios efetivos de afastamento dos perigos que cercam aos alunos e mestres.

Arrisco dizer que enquanto os pais apenas matricularem seus filhos nas escolas, sem procurar saber o que ele está fazendo lá dentro, e sem se posicionar como parte integrante do ambiente escolar, pouco vai mudar.

É preciso criar na população uma conscientização que altere a concepção de que colocamos os políticos para “fazer o trabalho” por nós, ao contrário, estes só estão lá para nos dar voz.

É necessário que as pessoas se façam presentes em suas comunidades, articulem-se em grupos, opinem, dialoguem, construam uma visão coletiva, a ponto de levar, via representação política, suas demandas aos órgãos responsáveis, como a Secretaria de Educação, por exemplo, e, munidos de conhecimento de causa, possam cobrar ações mais efetivas dos eleitos.

Ninguém pode negar que os alunos aprendem algo em sala de aula, também é indiscutível que nosso modelo educacional necessita de reparos, o que nos falta é perceber que depende de nós um futuro de qualidade, dentro e fora das salas de aula, assim, nossos filhos serão educados, nos vários sentidos da palavra, e estarão livres dos ensinamentos torpes a que muitos vêm recebendo, não aprenderão aonde comprar drogas, como ameaçar professores ou como operar uma arma, e, assim, construiremos um cenário mais favorável e seguro a todos.

Ao redigir a essas considerações sobre a realidade de algumas (várias) escolas públicas das periferias de todo o Brasil, pautada em minha própria experiência, me questionei se há alguma semelhança entre as características dos alunos citados acima com os alunos com necessidades educacionais especiais? E cheguei a conclusão que sim!

A importância de se perceber a individualidade do ser humano, o que me leva a acreditar que o trabalho voltado para o reconhecimento da necessidade de cada aluno é imprescindível inclusive para aqueles alunos que aparentemente não tem nenhuma deficiência física ou psicológica.

Com isso, entendo que o grande ganho de meus questionamentos é perceber que uma das tarefas do professor é ser este pesquisador e questionador que estará sempre querendo mapear seu ambiente de trabalho com o intuito de produzir um resultado satisfatório frente aos seus alunos.

Biange Cabral, em seu artigo “O professor- artista: perspectivas teóricas e deslocamentos históricos”, refletindo sobre o papel do professor de teatro e da sua importância como professor – artista - pesquisador, afirma que:

Se o teatro tem o potencial de promover mudanças, estas decorrem da inseparabilidade das dimensões cultural (contexto social e artístico do grupo), pessoal (o desenvolvimento de habilidades – aquisição de linguagem, e convenções artísticas) e política (o objetivo da atuação do grupo). (2008:43)

Entendo que se o professor se prepara para assumir essa postura investigativa, que já é uma característica própria da arte, de modo geral, quando se depara com o aluno portador de alguma necessidade especial, ele, por mais desconhecimento que tenha acerca da deficiência em si, já sabe o caminho a seguir: a pesquisa, o olhar apurado e a atenção voltada para a demanda em questão.

3.2 - E eu com isso?

Imagino que um professor que enfrenta diariamente uma ou várias salas de aula ao ler este texto possa fazer questionamentos do tipo: Qual a relação entre um grupo de teatro e meus alunos do ensino regular? Como a realidade desse grupo pode oferecer subsídios para aprimorar e capacitar o meu fazer educacional? Enfim, que, em linguagem coloquial, ele acabe se perguntando: e eu com isso?

É claro que existe uma enorme distancia entre uma sala de aula, independentemente de ser regular ou especial, e a realidade descrita nesse trabalho e vivida pelo grupo de teatro *PÉS?*. O que pretendo aqui não é comparar estes ambientes distintos e muito menos transformá-los em um universo único.

Minha intenção é que na análise da vivência de trabalhos com maior visibilidade e trato às pessoas com necessidades especiais, se possa perceber atitudes e posicionamentos que essas equipes de trabalho (que lidam diretamente com esse público e que geralmente estão mais aptas e capacitadas para a demanda da inclusão social) já vêm tomando para que, na medida do possível, e com as devidas adaptações, crie-se uma percepção mais apurada por parte dos profissionais da educação onde se vislumbrem possibilidades e caminhos a se trilhar em busca de um futuro melhor, no que se diz respeito a inclusão.

Trata-se também, pela aproximação, de se desmistificar o deficiente, de vê-lo como ele de fato é, com erros e acertos, qualidades e defeitos, pertencente as diferentes culturas e classificações sociais, de não tratá-lo como um “pobre coitado” ou de não supervalorizá-lo só por possuir diferenças e especificidades - tratamento este que geralmente já é dado por pessoas que cercam as PNEEs diariamente.

Durante o período de pesquisa assisti aos ensaios do grupo, sendo que em alguns deles participava ativamente: entrando em cena e auxiliando nos alongamentos e exercícios propostos, em outros momentos apenas assistia de longe ao andamento dos trabalhos. As duas formas de experiência foram extremamente gratificantes e trouxeram subsídios para minha formação como educadora e como artista.

Nos momentos em que estive atuando junto ao grupo passei pelos estágios do medo e da incerteza de como agir, não sabia como lidar e tive dificuldades em, por exemplo, ter pulso firme com a Monise, uma das dançantes que tem dificuldade em se concentrar, mas, pela persistência em querer conhecê-los mais e pelo auxilio dos monitores fui quebrando barreiras, eliminando conceitos pré-formados e dúvidas sobre as limitações.

Aos poucos, fui me afeiçoando a eles e atrevo-me a dizer que tenho aprendido a lidar com os dançantes e ganhado mais confiança entre o grupo, o que me leva a acreditar também que, efetivamente, só é possível a produção de um trabalho de qualidade que envolva PNEEs, com uma dose de persistência por parte do professor e por força de vontade, no sentido de não se amedrontar com realidades até então desconhecidas.

3.3 - De carne e osso

O que leva um professor a se eximir da sua obrigação de auxiliar seus alunos, principalmente quando estes possuem qualquer tipo de especificidade que possa intervir no processo de ensino-aprendizagem?

Antes de criticá-lo é importante que se tenha em mente o quão complexo é o sistema educacional e, assim, poderemos compreender alguns dos motivos que fomentam as crises pessoais e as mudanças na qualidade do trabalho deste educador.

Arão Santana¹⁰, no artigo *Metodologias Contemporâneas do Ensino do Teatro: Em foco a sala de aula*, afirma que:

Na grande maioria dos estados brasileiros são raras as redes de ensino dotadas de professores devidamente preparados e, até mesmo nas escolas públicas das capitais, a realidade insiste em ofuscar o brilho das conquistas. Dentre os fatores que sobrevivem como fantasmas atormentando o ensino de Arte, sobressaem-se: turmas abarrotadas de alunos; espaço inadequado para a prática teatral; tempo insuficiente para preparação e desenvolvimento das aulas; má qualidade do material didático; diálogo truncado e falta de parcerias, mesmo entre docentes; inexistência ou descontinuidade no aperfeiçoamento profissional; mentalidade servil e avessa à ousadia; e baixa remuneração dos trabalhadores da educação. (2009: 33).

¹⁰ Professor e pesquisador vinculado à Universidade Federal do Maranhão desde 1992, com atuação na Licenciatura em Teatro e no Programa de Pós-Graduação Cultura e Sociedade.

O panorama que Arão nos traz sobre a realidade do ensino do teatro é assustador, mas de grande valia para que passemos a entender e, assim, tomar atitudes condizentes com a nossa atual situação educacional.

Há que se ter em mente que esses educadores também têm necessidades, e, muitas vezes elas não são atendidas pelo aparato governamental, o que gera uma insatisfação por parte da classe, além de problemas mais graves, como a aquisição de doenças e síndromes pelo exercício da licenciatura, bem como, em muitos casos, o surgimento do medo da sala de aula: medo de enfrentar os discentes, que, esporadicamente, podem se mostrar agressivos e perigosos.

Como cobrar uma conduta positivista de professores que enfrentam uma realidade muitas vezes cruel e opressora? Se pensarmos que professores são feitos de carne e osso, ou seja, humanos suscetíveis ao erro e a alterações emocionais, é no mínimo questionável ver pessoas que optaram por uma profissão se afastarem aos poucos da nobre missão de ensinar.

É imprescindível que nos perguntemos: será que a culpa é somente do professor? Se a culpa não é só dele, é de quem então? O que podemos fazer para mudar a situação atual? Arrisco-me a questionar: Qual o real valor que os governantes têm dado a educação?

Com esses questionamentos e com uma tomada de consciência de todos os envolvidos, é possível reivindicarmos uma estrutura mais favorável que torne a educação mais qualificada e dê uma base para que o professor se sinta motivado e disposto a lecionar. Com uma qualidade de vida que envolva o ambiente escolar, e uma capacitação dos mestres, ousa a dizer que o grupo dos professores que não se importam com seus alunos diminuiria muito.

Considerações Finais:

Após este período de reflexão proporcionado pela escrita desta monografia, onde pude ler um pouco mais, estudar e vivenciar experiências relacionadas à inclusão social de alunos com necessidades educacionais especiais pelo fazer teatral, entendi que a educação é a base de toda sociedade bem sucedida, que o conhecimento e a cultura são pilares que sustentam qualquer modelo de organização social, sendo capaz de produzir progresso e poder, e que a ignorância além de ser extremamente perigosa pode se tornar a chave para o insucesso e estagnação de qualquer nação.

Ao fazer contatos e começar a lidar com pessoas com deficiência percebi que o maior problema deste grupo é o despreparo da sociedade e a falta de conhecimento da população, que, de modo geral, não sabe como lidar com as limitações alheias e se vê impotente perante aos diversos tipos de deficiências físicas, sensoriais e intelectuais.

Compreendi que ser diferente é normal e que lidar com as impotências humanas é questão de força de vontade e de produção de conhecimento, onde conceitos pré-formados são descartados e um tratamento mais digno e humanista é oferecido àqueles que necessitam de cuidado especial.

Não há que se negar que existam várias pesquisas no âmbito acadêmico destinadas a proporcionar uma qualidade de vida aos deficientes, bem como ações e mobilizações políticas que visem garantir o exercício da cidadania plena a esta parcela da população, mas, ainda é difícil nos dias de hoje conseguir com que a sociedade como um todo, de forma metafórica, ‘saia da caverna’, descrita por Platão (427 a.C./347 a.C.) e ganhem a luz da liberdade, igualdade e fraternidade ao tratar aos desiguais como seus semelhantes, providos dos mesmos direitos e deveres.

Para tecermos um futuro melhor é necessário que se crie raízes mais profundas enquanto sociedade inclusiva, principalmente no núcleo familiar e no âmbito escolar, por isso a importância de se ter políticas públicas educacionais que atendam a demanda dos deficientes e de todos.

APÊNDICE

Anexo 1 – Exemplos de Leis que envolvem os Educandos com Necessidades Especiais¹¹

Numero/ Ano	Assunto
4.613/1965	Isenta de impostos de importação de consumo os veículos especiais para paraplégicos e pessoas portadoras de defeitos físicos.
7.070/1982	Dispõe sobre pensão especial para os deficientes físicos
8.687/1993	Retira da incidência do Imposto de Renda benefícios percebidos por Deficientes Mentais
8.899/1994	Concede passe livre para portadores de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual
10.098/2000	Estabelece normas gerais para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida
10.216/2001	Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de deficiências mentais
11.126/2005	Dispõe sobre o direito de portadores de necessidades visuais adentrarem em ambientes de uso coletivos acompanhados de cão-guia.

¹¹ Informações retiradas da sétima edição do Manual Legislação Brasileira Sobre Pessoas Portadoras de Deficiências, da Câmara dos Deputados, de 2011. Acessado através do site: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2521/legislacao_portadores_deficiencia_7ed.pdf?sequence=9 em 13/02/2013 às 16h.

Referências Bibliográficas

CABRAL, BIANGE. (O Professor – Artista: Perspectivas Teóricas e Deslocamentos Históricos). Revista Urdimento – Revista de Estudos em Artes Cênicas/ Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Teatro. – Vol 1, n.10 (DEZ 2008) – Florianópolis: UDESC/CEART .

Brasil. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 64/2010 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010.

DORZIAT, Ana. (Educação Especial e Inclusão Escolar: prática e/ou teoria). In: In: DECHICHI, Cláudia; SILVA, Lázara Cristina da (orgs.). **Inclusão escolar e educação especial: teoria e prática na diversidade**/Uberlândia: EDUFU, 2008.

DECHICHI, Cláudia. (Deficiência mental – aspectos do atendimento educacional escolar). In: DECHICHI, Cláudia; SILVA, Lázara Cristina da (orgs.). **Inclusão escolar e educação especial: teoria e prática na diversidade**/Uberlândia: EDUFU, 2008.

GAUDERER, E. Christian. In: GLAT, Renata. **A Criança e suas deficiências: método e técnicas de atuação psicopedagógica** / Rosana Glat e Verena Pamela Seidl Kadlec. Rio de Janeiro: Agir, 1984.

SANTANNA, Arão Paranaguá. (Metodologias Contemporâneas do Ensino do Teatro – Em Foco, A Sala de Aula). In: TELLES, Narciso e FLORENTINO, Adilson (orgs.). **Cartografias do Ensino do Teatro**. Uberlândia: EDUFU, 2009.

TONEZZI, José. (Da Apropriação Estética das Anomalias). In: TELLES, Narciso e FLORENTINO, Adilson (orgs.). **Cartografias do Ensino do Teatro**. Uberlândia: EDUFU, 2009. (p.9)

TURSI, Rafael. **PÉS?: A criação do movimento expressivo para pessoas com deficiência**. 42f. Monografia (licenciatura em Artes Cênicas) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SITES:

<www.lattes.cnpq.br> acessado em 18/07/2012.

<www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>
acessado em: 15/07/2012.

<www.projetopes.com.br> acessado em 26/07/2012.

<http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2521/legislacao_portadores_deficiencia_7ed.pdf?sequence=9> acessado em 13/02/2013 às 16h.